

Apresentação Dossiê Patrimônios
(in)visíveis, colonialidade(s) em escuta

Lugar de escuta, uma atitude antropológica

André Soares

Doutorando em Antropologia, ISCTE-IUL/NOVA FCSH/CRIA
E-mail: andrecaastrosoares@gmail.com

Mariela Silveira

Doutoranda em Antropologia ISCTE-IUL/CRIA e UFSC/NAUI
E-mail: mariela.silveira@outlook.com

Paula Nascimento

Arquiteta e curadora independente
E-mail: paula@paulanascimento.com

Paulo Raposo

Antropólogo, docente ISCTE-IUL/CRIA
E-mail: pjp.raposo@gmail.com

O presente dossiê “Patrimônios (in)visíveis, colonialidade(s) em escuta” nasce da vontade de aproximar dois universos temáticos importantes, mas que nem sempre são imediatamente relacionados: o dos estudos do patrimônio cultural e o dos estudos decoloniais.

A mola propulsora da proposta é a possibilidade de fomentar uma abordagem crítica e reflexiva a respeito dos múltiplos processos engendrados a partir da ocupação colonial e das colonialidades perenes, contribuindo para a sua consequente desconstrução e crítica decolonial (Quijano, 1992). Pois, tendo em conta o vasto trabalho das ciências sociais e humanas e os mecanismos de produção e reprodução acadêmicas, percebe-se que, ao longo do tempo, a forma como se observam e tematizam os lastros do empreendimento colonial nem sempre prioriza a escuta às percepções relativas ao patrimônio cultural, desde o ponto de vista das populações que foram submetidas a viver em contextos coloniais.

São inúmeras as disputas e reconfigurações em torno de “heranças” constituídas a partir dos lugares e comunidades da presença colonial: inventários, classificações, eventos, momentos, diálogos, imagens e sons que ficaram guardados na caixa, no baú. Como olhamos para esses patrimônios invisibilizados pelo chamado “discurso autorizado do patrimônio”? (L. Smith, 2010).

São apenas dispositivos políticos de empoderamento de vozes subalternizadas? Como podemos dar-lhes um sentido crítico? Como os integramos nos processos de desconstrução da chamada “história única” (Chimamanda, 2009) e, finalmente, como os pensamos no quadro geral dos processos de desconstrução epistemológica e metodológica?

Longe de responder cirurgicamente a tais questionamentos, o conjunto de textos apresentados a seguir nos traz ótimas pistas a respeito do caminho traçado até aqui, bem como sua conjuntura histórica – especialmente em países como Brasil, Angola, Moçambique, México e Portugal – e simultaneamente são capazes, por meio de estudos de casos localizados, de ampliar o panorama das ações, políticas e das reivindicações de “detentores” do patrimônio em meio ao contexto colonial.

Neste sentido, o convite à leitura do dossiê é também uma oportunidade de exercitar o lugar de escuta, uma atitude antropológica cada vez mais necessária em contextos contemporâneos de descolonização epistemológica.

Estes textos são também a prova de que vivemos num ambiente pós-colonial de forte intensidade e que os acontecimentos provocados pela violência racista estão bem presentes na ordem do dia, como são exemplos de impacto mundial os casos da vereadora municipal negra

Marielle Franco, assassinada no Rio de Janeiro (2018), e do cidadão negro norte-americano George Floyd, asfixiado numa detenção policial em Mineápolis (2020), ou, numa escala mais próxima, o recente assassinato do jovem ator negro Bruno Candé (2021) baleado à queimadura em Lisboa. Os diques da indignação mundial perante estes acontecimentos romperam e jorram hoje de forma imparável.

Por isso, não é de estranhar que se tornem visíveis movimentações em cadeia em torno da contestação à violência racista, com movimentos como #BlackLivesMatter, emergente nos EUA, e suas réplicas por todo o planeta; ou os protestos exigindo reparação histórica decorrentes de situações coloniais como os ataques, pichações ou derrubes de estátuas, lápides e monumentos de colonizadores e escravagistas. A esses acontecimentos temos de acrescentar a crise ecológica que tem como foco o antropoceno, os impactos da mão do homem na natureza, que se rebelou através de um vírus que mata e que põe em causa uma das mais importantes características humanas – a interação social sem medos. A caixa de pandora abriu-se e este dossiê revela pequenos recantos onde continuam escondidas violências provocadas pelo impulso da colonialidade e do imperialismo globalizado, suas mentalidades e lógicas de poder.

Nossa jornada começa com reflexões que articulam os aspectos materiais e imateriais do patrimônio com dinâmicas de visibilidade e de participação de grupos particulares na produção e na discussão destes patrimônios culturais. Primeiro, com um texto de Fernanda Rocha de Oliveira, “Representatividade afro-brasileira no patrimônio material urbano: avanços e desafios”, que acompanha os processos legislativos e acadêmicos no campo do patrimônio material no sentido de maior representatividade das populações afro-brasileiras, seus contributos e agencialidades.

O patrimônio material só é significado a partir das ações de “transmissão e recepção de memórias e conhecimentos” (L. Smith, 2010) e a materialidade obtém todo o seu sentido através de processos de produção de imaterialidade a ela associados a partir das vozes caladas dentro dos campos de saber do urbanismo e da arquitetura, que só recentemente começam a ser disputadas pelos conhecimentos afro-brasileiros. Representatividade não basta, é preciso que as instituições e universidades tenham pessoas que deixem de ser objetos de estudo e passem a ser sujeitos produtores de conhecimento, como bem lembra Grada Kilomba (2019).

O artigo “As Fortalezas de Anhatomirim, Ratonés e Ponta Grossa: Ensino de História, Patrimônio Cultural e Decolonialidade”, de Pedro Mülbersted Pereira e Elison Antonio Paim, transportam-nos para as orlas ribeirinhas do Estado de Santa Catarina. Aqui, os autores se

propõem a nos apresentar as fortalezas como marcas visuais capazes de compor percursos que podem ser ressignificados através de metodologias inovadoras e que colocam em diálogo “comunidades, grupos e indivíduos” (Unesco, 2003) que estiveram arredados da discussão patrimonial.

Em seguida, e na boa tradição da escola de Chicago, que tanto influenciou a antropologia dita “urbana”, viajamos ao bairro pela mão de Orlando Elorza Guzmán, em “Arte y fronteras simbólicas en el centro de la Ciudad de México. El caso de la Colonia Guerrero”. Um território feito de fronteiras visíveis e invisíveis, que vai sendo revelado pelo trabalho etnográfico e as suas estratégias – observação direta e entrevistas. Os vizinhos, seus comprometimentos e *performances* desafiam as fronteiras construídas por um urbanismo segregador e hierarquizado da grande urbe que é a Cidade do México. Como refere Filipe Reis, as “grandes metrópoles constituem espaços de conexão, interconexão e justaposição cultural” (2015) e Gusman revela-nos essas camadas a partir de particularismos locais que nos ajudam a pensar o global (Tsing, 2005).

O próximo artigo deste dossiê nos conduz a uma escala mais institucional de discussão sobre território, patrimônio e identidades a ele associados face às políticas públicas e às linhas orientadoras de instâncias supranacionais como a Unesco. Em “Territorialidades, identidades quilombolas e políticas públicas”, José Jaime Freitas Macedo leva-nos ao Estado do Piauí, para nos dar conta das sérias dificuldades dessas comunidades face à ausência de políticas públicas no Estado. Justamente, uma das perspectivas assumidas pelos estudos críticos do patrimônio – que tiveram influência determinante a partir dos trabalhos de Michel Foucault – permitiu desmontar as formas como os aparelhos burocráticos do Estado regulam as dinâmicas sociais e culturais, privilegiando algumas comunidades em detrimento de outras (Burchell & Foucault, 1991). O texto de José Macedo reflete os desafios impressos pela Convenção da Unesco de 2003 e o seu espírito - a ideia de que os processos de patrimonialização devem acontecer de baixo para cima, com as comunidades, grupos e indivíduos, o que “continua sendo difícil”, como no traz José Macedo.

Em continuidade com este reposicionamento crítico, o artigo de Solange Gomes Valladão, “A disputa em torno do patrimônio no século XXI: uma análise das ações no Brasil e em Portugal”, olha para planos de revitalização urbana em dois contextos culturais diversos, Portugal e Brasil. Aqui, ensaia-se um novo patamar de reflexão em torno de uma visão que possa descolonizar epistemologias. As metodologias participativas entraram no jargão

antropológico como estratégias capazes de mudar a agulha do olhar colonial de que a antropologia é herdeira. Mas a crítica surgida dentro da disciplina trouxe frutos de tal forma que hoje é impensável algum antropólogo ou antropóloga não fazer uma análise reflexiva sobre o seu trabalho. A fotografia original da capa do livro *Writing Culture* (Clifford; Marcus, 1986), com o etnógrafo tirando notas e o “observado” olhando para a escrita do “caderno de campo”, chamou à atenção para as práticas dos antropólogos no terreno. Tim Ingold conseguiu sintetizar bem essa virada, os antropólogos passaram a “fazer com” em vez de “fazer sobre” (Ingold, 2019). Essa mudança de práticas em antropologia acabou por polinizar todas as disciplinas das ciências sociais e não só. O texto de Solange Valadão expressa bem essa virada antropológica que é hoje também uma agencialidade política exigida pelas comunidades que reclamam mais qualidade de vida nos espaços urbanos.

No seguimento destes posicionamentos críticos e reflexivos que pretendem questionar os modos de fazer as cidades, as dinâmicas patrimoniais e as políticas de representatividade dos sujeitos e grupos na constituição da herança cultural, surge o artigo “As estátuas também se abatem: momentos de descolonização em Moçambique”, de Maria Paula Menezes. Esta autora oferece-nos uma história de descolonização urbana no pós-independência de Moçambique e, particularmente, da cidade de Maputo – Lourenço Marques, no tempo colonial. Quando nesses contextos começa a ser ativada aquilo que William Bissell chama de “nostalgia colonial” (2005), Menezes nos dá um panorama de como a construção da moderna nação moçambicana teve que se livrar de toda a estatuária e toponímia heróica portuguesas, suas narrativas e hegemonias. O mesmo aconteceu em Luanda, como prova a imagem de Kiluanji Kia Henda¹, na capa deste dossiê. Para além das estátuas e nomes de ruas, é preciso tomar estes processos como fases de libertação da colonialidade, que deve ser acompanhada pela produção de conhecimento. Isto quando muitos movimentos de ativistas exigem essa despoluição em contextos euro-americanos. Kiluanji destaca que “a história já nos ensinou as graves consequências quando nos tornamos incapazes de dialogar, pois somente dialogando será possível perceber a complexidade dos eventos que moldaram profundamente o que somos” (Soares, 2021).

“O edificado colonial de Luanda e o fazer histórico em sala de aula: potencialidades e caminhos para falarmos de história pública e lugares de memória”, de Yuri Manuel Francisco

¹ Kiluanji Kia Henda é um artista conceitual angolano que trabalha as questões da colonialidade em suas obras.

Agostinho, parte das redes sociais como espaços de ressonância de conversas impossíveis ao vivo. A Baixa de Luanda é ainda hoje um lugar de colonialidade, os edifícios, as entradas dos prédios antigos, os armazéns. A sua decadência tem sido alvo de debate e disputa como foi também o caso da demolição do Mercado do Kinaxixi, único no contexto africano, para a construção de um arranha-céu que está a afetar todos os edifícios em redor (rachaduras e ruídos permanentes). O grupo de Facebook Luanda do Antigamente traz-nos um contracampo da importância da discussão do passado colonial em ambiente escolar. As políticas de esquecimento promovidas pelo governo não superaram uma “nostalgia colonial” que vigora hoje perante o caos trazido pelo *boom* do petróleo, no início do século XXI.

A cidade construída com o capital da indústria cafeeira dos anos 50 é agora disputada pela cidade do petróleo que teve, durante muito tempo, o emirado de Dubai como aspiração. Yuri Francisco consegue trazer o debate ainda surdo de que é preciso fazer em Luanda e em Angola ambiente pós-colonial cheio de lugares e modos de memória e que Pierre Nora teria de rever num momento de grande crise econômica e social (Nora, 1989).

Também práticas performativas específicas podem se constituir como índices de modos de habitar a cidade por grupos particulares que, assim, reivindicam memórias e imaterialidades no espaço público como nos revelam “Pista de skate da Trindade: imaterialidades e vestígios de memória”. Trata-se de um artigo coletivo assinado por Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes, Ana Roman, Ilione Lima Alves Coutinho e Rubia Stein do Nascimento. Uma pista de skate, sua ocupação e intervenção despertam-nos para a ideia de agencialidades políticas em torno de práticas culturais expressivas e *performances* coletivas assentes na prática do skate, a música rap e o grafite – englobadas na cultura hip hop. Os posicionamentos desta comunidade de ação traz à tona imaterialidades e memórias que são articuladas a partir da discussão e do debate comunitário.

Por outro lado, as *performances* teatrais, enquanto manifestações expressivas da cultura, apontam novos olhares sobre passado e futuro. Através de uma etnografia de acompanhamento do trabalho do Coletivo teatral, Luciano Ferreira de Souza Cachimbo e Renata Kabilaewatala acompanham a construção cênica na linguagem em questão, compreendendo seus princípios estéticos e políticos, utilizando como pré-texto a história do Quilombo do Piolho, também conhecido como Quariterê e a figura lendária de Teresa de Benguela. Um artigo que reflete ainda a necessidade de que narrativas afro-diaspóricas possam equilibrar a balança global no acesso ao conhecimento de figuras marcantes da história como é o caso da Rainha N’Jinga, que

ganha releituras até mesmo em Angola, como é o caso do escritor José Eduardo Agualusa (2014).

Finalmente, Janaína Amorim da Silva e Mylene de Pontes trazem-nos uma proposta pedagógica decolonial no trabalho “No entrecruzar da História, Patrimônio e Educação Étnico-Racial – Uma experiência decolonial possível na Educação Básica”. A sala de aula e particularmente a disciplina de História podem ser lugar para se refletir criticamente em relação ao patrimônio e à forma como ele pode reificar colonialidades e racismos estruturais das instituições de ensino. Se o racismo se “aprende”, o anti-racismo deve ser entendido como um desígnio das instituições escolares. As relações étnico-raciais no município de São José traduzem os arranjos globais a partir do recorte “raça”, revelando hegemonias e narrativas que têm de ser urgentemente desafiadas. Como refere Linda Tuhiwai Smith, “análises críticas realizadas por pesquisadoras feministas, por teóricos críticos ou por estudiosos negros afro-americanos têm-nos proporcionado modos de falar a respeito do conhecimento e sua construção social bem como de metodologias e de políticas de pesquisa” (L. T. Smith, 2020). A sala de aula pode muito bem ser o espaço ideal para esta empreitada sugerida pela dupla Janaina e Mylene.

Boas leituras e por uma atitude antropológica – lugar de escuta, em vez de lugar de fala (Mombaça, 2017).

Referências

- AGUALUSA, J. E. A Rainha Ginga: E de como os africanos inventaram o mundo. Lisboa: Quetzal Editores, 2014.
- BISSELL, W. C. Engaging Colonial Nostalgia. *Cultural Anthropology*, 20(2), 215-248, 2005. <https://doi.org/10.1525/can.2005.20.2.215>.
- BURCHELL, G., & Foucault, M. (Eds.) *The Foucault effect: Studies in governmentality; with two lectures and an interview with Michel Foucault*. Harvester Wheatsheaf, 1991.
- CLIFFORD, J.; MARCUS, G. E. *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- INGOLD, T. *Antropologia: Para que serve*. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.
- KILOMBA, G. *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Quotidiano*. Orfeu Negro, 2019.
- MOMBAÇA, J. Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala. Buala, 2017. Disponível em: www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala.
- NORA, P. Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire. *Representations*, 26, 7–24, 1989. <https://doi.org/10.2307/2928520>
- QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Peru Indígena*, 13(29), 11-20, 1992.
- REIS, F. Criatividade, Produção Etnográfica e Práticas Artísticas: Em jeito de prefácio. Em *Expressões Artísticas Urbanas: Etnografia e criatividade em espaços atlânticos 1ª. ed.*, p. 9-26, 2015. Rio de Janeiro: MAUAD Editora.
- SMITH, L. *Uses of heritage (Repr)*. Routledge, 2010.
- SMITH, L. T. *Descolonizando Metodologias: Pesquisa e povos indígenas* (R. G. Barbosa, Trad.). Curitiba: Editora UFPR, 2020.
- SOARES, A. C. Eu crio arte para provocar emoções. *Esquerda.net*, 2021. disponível em: www.esquerda.net/artigo/kiluanji-kia-henda-eu-crio-arte-para-provocar-emocoes/72362.
- TSING, A. L. *Friction: An ethnography of global connection*. Princeton University Press, 2005.
- UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Documento MISC/2003/CLT/CH/14. Paris, 17 out. 2003. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional